

ECONOMIA

“Assistimos a uma judicialização dos conflitos laborais”

António Casimiro Ferreira, professor de Economia da Universidade de Coimbra, defende que as formas de protesto dos novos sindicatos dificultam a obtenção de entendimentos

Entrevista Raquel Martins

O investigador do Centro de Estudos Sociais, António Casimiro Ferreira, alerta que a postura reivindicativa mais radical dos novos sindicatos está a levar a uma crescente judicialização e politização dos conflitos laborais. Sindicatos clássicos, patrões e o Estado, afirma, estão “num processo de adaptação face a estas reivindicações de excepção”. **Em Portugal temos vindo a assistir ao aparecimento de novos sindicatos. Como se explica a emergência destes novos movimentos muito focados em reivindicações específicas e que usam o seu poder de forma mais musculada?**

A emergência deste novo sindicalismo mais reivindicativo resulta da combinação de duas causas: o processo a que estamos a assistir de desgaste da democracia, combinado com a emergência do populismo.

Já havia sinais que apontavam para a emergência deste novo sindicalismo ou é, de certa forma, surpreendente?

O populismo de direita vem ganhando afirmação em França e na Áustria desde os anos 1990. A crise de 2008 e a austeridade que surge como o modelo económico de resposta à crise já estavam a propiciar o surgimento destes novos padrões reivindicativos e este desconforto relativamente à esfera da democracia representativa. Estes movimentos agregam as expectativas negativas, o descontentamento e a diminuição das expectativas que as pessoas têm em relação ao futuro. **Estes sindicatos parecem querer obter resultados de forma imediata, vimos isso com as greves recentes dos motoristas.**

Este imediatismo pode ser mais atractivo para os trabalhadores?

A greve é um elemento fundamental e matricial da democracia laboral e das democracias representativas. O que acontece agora é que estamos perante um processo reivindicativo de excepção, com uma característica de imediatismo e em que o tempo da negociação é o tempo da situação actual. Não estou a pôr em causa a legitimidade da greve, nem a pertinência das reivindicações, estou a centrar-me no modo como os processos reivindicativos estão a ocorrer. Esta gestão do tempo em termos de processo reivindicativo dificulta muito a obtenção de entendimentos e pode provocar um certo esgotamento da dinâmica inerente à transformação das relações laborais e de adaptação permanente entre os parceiros sociais, na medida em que parece absolutizar aquilo que se pretende obter, como se não houvesse mais nada para obter no futuro.

Estamos perante uma mudança de paradigma na utilização da greve?

Há elementos novos que estão a ser introduzidos e um deles é a judicialização dos conflitos laborais. Em Portugal, sempre tivemos conflitualidade laboral nos tribunais do trabalho, na arbitragem, mas aquilo a que estamos a assistir é uma mobilização do direito. Veja-se o que aconteceu na greve dos motoristas: o processo-crime entre o sindicato e a associação patronal, a impugnação dos serviços mínimos, o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, a tentativa de acção junto do Tribunal Europeu, os processos de mediação, as declarações a favor da alteração da lei da greve. Outro elemento é a politização dos conflitos laborais. Quando se marca uma greve por



tempo indeterminado, sobretudo em sectores em que não há alternativa, é evidente que o Estado tem que intervir, porque o conflito [do direito à greve] com os outros direitos é mais do que evidente. Esta politização decorre muito do modo como a greve por tempo indeterminado é utilizada. **É necessário rever a lei da greve?**

Não é necessário. O problema não está na legislação laboral, isso é uma falácia, o problema está no

modo como as empresas estão organizadas e no padrão de relacionamento entre empregadores e trabalhadores.

E o direito à greve tem sido posto em causa?

A lógica que está por detrás dessa ideia é que os sindicatos clássicos não defendem os interesses dos trabalhadores e que este sindicalismo independente é que está próximo das pessoas. Posso discutir o modo como os serviços mínimos ou a requisição civil

foram fixados, mas para discutir isso não é preciso nem rever a lei da greve, nem dizer que o direito da greve está posto em causa. **As associações patronais e os empregadores estão preparados para lidar com estas novas formas de reivindicação?** Não são só as entidades patronais, são também os sindicatos ditos tradicionais e o próprio Estado que se estão a ver confrontados com a emergência do populismo sindical. Este populismo sindical procura



SÉRGIO AZENHA

As leis do trabalho são entendidas como um custo e como estando num mercado concorrencial de normas do direito do trabalho. Este processo de menorização do direito do trabalho é uma forma de acantonar o lugar que o trabalho tem na vida das pessoas e das sociedades

Há uma ideologia individualista que se institucionaliza por via do ressentimento. Veja-se o modo como os funcionários públicos foram demonizados no período da *troika*

uma desqualificação do sindicalismo clássico e procura captar dividendos através de um jogo emocional e de dramatização que nos deixa sem perceber se estamos perante a boa-fé negocial ou perante a procura do alarme social como estratégia de negociação. Estamos num processo de adaptação face a estas reivindicações de excepção e face a esta pressão que é colocada nos processos negociais.

Mas o sindicalismo clássico não

tem tido dificuldades em adaptar-se aos novos desafios do mundo do trabalho?

Essa pergunta tem de ser desconstruída. Antes de mais, há um elemento-chave que deve ser levado em consideração: o trabalho é um elemento central na vida das sociedades e das pessoas. Ora, o trabalho e os seus direitos têm estado sujeitos, à escala global, a um processo de reformas muito intenso que vai no sentido da sua flexibilização, desregulamentação

e de tornar as leis laborais amigas do mercado. As leis do trabalho são entendidas como um custo e como estando num mercado concorrencial de normas do direito do trabalho. Este processo de menorização do direito do trabalho é uma forma de acantonar o lugar que o trabalho tem na vida das pessoas e das sociedades, misturando o trabalho com as questões do consumo, com as grandes questões em torno do futuro do trabalho, com as novas formas de organização de trabalho, com a economia 4.0, esquecendo que, a par destas discussões, os índices de atipicidade, de precariedade e de insegurança laboral são muito elevados. Portanto, os sindicatos clássicos estão também a viver esta realidade.

O que quer dizer exactamente com isso?

A pressão sobre as organizações sindicais é muita. O lugar do trabalho é cada vez mais desqualificado e, por esta via, precariza-se o direito do trabalho. Os sindicatos clássicos têm procurado dar resposta a esta desqualificação e não tem sido fácil. Há uma ideologia individualista que se institucionaliza por via do ressentimento. Veja-se o modo como os funcionários públicos foram demonizados no período da *troika* e, até mesmo dentro das classes profissionais, quantas vezes escutámos os enfermeiros, por exemplo, dizer “estou aqui há 30 anos e vem um colega mais jovem receber o mesmo que eu”?

Isso não tem também a ver com uma certa sensação de injustiça?

É uma injustiça, mas deriva também desta fórmula de exercício do poder de controlo social que transforma os problemas estruturais em problemas biográficos e pessoais.

Acha que os sindicatos estão a pôr de lado uma agenda mais ideológica em benefício de reivindicações concretas e mais imediatas?

Além das ideologias que marcaram o século XX e que ainda entraram no século XXI, o que temos agora é a emergência de uma nova ideologia, a ideologia da excepção,

e que é consequência das medidas de austeridade. As grandes dicotomias ideológicas que conhecíamos estão a ser desafiadas por esta ideologia da excepção que encontramos nos populismos, nestes movimentos radicais em termos reivindicativos e que encontramos também naquilo que são muitas vezes as lógicas de funcionamento da União Europeia. Esta ideologia da excepção está a institucionalizar-se, é muito heterogénea e vai-se normalizando. Estamos a assistir ao princípio de que, onde há necessidade, não há direito, e as instituições e os actores sociais – sindicatos ou outros – estão a utilizar essa lógica da excepção. Pensemos em [Matteo] Salvini, em Itália, em [Jair] Bolsonaro, no Brasil, pensemos na Polónia ou na Hungria, onde tem sido mais evidente a subversão do consenso em torno do Estado de direito e do Estado social.

Como é que os Estados estão a conseguir gerir estas novas realidades? Portugal teve nos últimos quatro anos um governo socialista apoiado por vários partidos de esquerda no Parlamento...

Quanto ao caso particular de Portugal, muitas coisas se alteraram e bem. É evidente que a austeridade continua, tal como continua em muitos países do mundo, porque a austeridade se está a institucionalizar ao abrigo da excepção. O que estamos a verificar na sociedade portuguesa é um momento muito peculiar em que os partidos mais à direita, infelizmente, correm o risco de uma grande desqualificação, o que pode pôr a extrema-direita e o populismo de direita a avançar e, ao mesmo tempo, a vida melhorou por via destes entendimentos à esquerda. Tudo isto é conjuntural e não é na espuma dos dias que eu colocaria a minha reflexão. O meu receio é em relação ao futuro e como é que a sociedade, os cidadãos, os movimentos sociais e os sindicatos irão reagir se emergir uma nova crise. O facto é que a linguagem das emoções, o dramatismo, o medo e a culpa são elementos que entraram na narrativa quotidiana das nossas sociedades.

raquel.martins@publico.pt